



O PENSAMENTO BURGUEÊS DA DECADÊNCIA EXPRESSO NA ESSÊNCIA DA REALIDADE SOCIAL: OS EMBATES DO IRRACIONALISMO NA LUTA DE CLASSES EM RELAÇÕES SOCIAIS HISTORICAMENTE DADAS PELO SUBDESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL

Eixo 6: Capitalismo contemporâneo, desenvolvimento econômico e pobreza

MARIA FERNANDA ALVES LAMEIRA¹

RESUMO: O artigo analisa como o pensamento burguês da decadência, permeado pelo irracionalismo, manifesta-se na realidade social brasileira, marcada historicamente pelo subdesenvolvimento estrutural. Investiga-se como essa racionalidade decadente interfere na consciência social, nas práticas políticas e nas formas de dominação. Buscando demonstrar como o irracionalismo reforça os mecanismos de alienação e bloqueia projetos de emancipação, contribuindo para a manutenção da lógica da dependência; vislumbra-se a recuperação da razão crítica como horizonte necessário à transformação social.

Palavras-chave: Irracionalismo, pensamento burguês, luta de classes, subdesenvolvimento estrutural, ideologia.

ABSTRACT: The article analyzes how bourgeois thought of decadence, permeated by irrationalism, manifests in Brazilian social reality, historically shaped by structural underdevelopment. It investigates how this decadent rationality affects social consciousness, political practices, and forms of domination. It argues that irrationalism reinforces alienation and blocks emancipatory projects, sustaining a logic of dependency; the recovery of critical reason is envisioned as a necessary horizon for social transformation.

Keywords: Irrationalism, bourgeois thought, class struggle, structural underdevelopment, ideology.

INTRODUÇÃO

A análise parte de um cenário sócio-histórico em que a burguesia, além de protagonizar a organização material da sociedade, também exerce hegemonia sobre a produção e a circulação das ideias. Na condição de classe dominante, sua visão de mundo tende a se universalizar como se fosse expressão dos interesses comuns, ocultando seu caráter de classe. Nesse sentido, como afirmaram

¹ Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF, graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora/UFJF. E-mail: mariafernanda.lameira@estudante.ufjf.br. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/7391016170606483>.



Marx e Engels (1986, p. 28), “as ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante”, ou seja, evidencia-se a íntima relação entre a estrutura econômica e a forma como a realidade é interpretada e naturalizada no plano ideológico.

Dessa maneira, a dominância de determinada forma de consciência não pode ser compreendida de modo dissociado da base material que a sustenta. A produção da vida social está diretamente vinculada às formas históricas e econômicas que organizam o trabalho e determinam os vínculos sociais. Ou, em outras palavras, as relações sociais não existem à parte da organização do processo produtivo; ao contrário, são constituídas por ele (Iamamoto, 2001). Isso implica reconhecer que as condições materiais de existência e as formas sociais que as expressam compõem um mesmo processo. O capital, nesse sentido, não apenas organiza a produção como também conforma uma estrutura social que lhe é funcional, reproduzindo-se por meio de mecanismos que articulam dominação econômica e ideológica.

No interior dessa lógica, a alienação aparece como um traço constitutivo da forma social vigente. Costa (1999), ao interpretar Marx, aponta que o processo de produção humana se desenvolve a partir da exteriorização das forças essenciais do sujeito no objeto que ele produz — é nessa objetivação que se realiza a atividade humana como prática consciente e transformadora. Contudo, sob o domínio da propriedade privada, essa exteriorização converte-se em negação: o produto do trabalho se separa do produtor, adquire existência autônoma e passa a confrontá-lo como algo estranho. Como destaca Marx (1844, trad. Costa, 1999, p. 25), esse objeto “[...] assume uma existência externa [...]”, submetendo o trabalhador a uma forma de dominação que é histórica, social e específica ao capitalismo.

A atividade humana, transformada em mercadoria, deixa de expressar a subjetividade do trabalhador e passa a obedecer à lógica do valor de troca. A cisão entre os sujeitos e sua práxis, entre os homens e suas potencialidades humanas, revela o caráter alienante do trabalho sob o capital. Quanto mais se autonomiza esse processo, mais a realidade social se torna opaca: as relações sociais passam a se apresentar como relações entre coisas, naturalizando categorias que são, em sua essência, históricas — momento em que os produtos da atividade humana ganham aparência de objetividade independente, confrontando os indivíduos “na forma fantasmagórica de uma relação entre coisas”. (Lukács, 2003)



A totalidade social engendrada por esse processo só pode ser apreendida se forem reconhecidas suas mediações internas e contradições estruturantes. O capital não aliena apenas por meio da exploração econômica, mas também ao obscurecer, ideologicamente, as relações sociais que o sustentam. A hegemonia burguesa, portanto, se exerce tanto na organização da vida material quanto na conformação das ideias, convertendo interesses particulares em aparência de universalidade e bloqueando a possibilidade de transformação social consciente.

A construção de uma consciência coletiva que confronte a ordem social vigente encontra obstáculos profundos na forma como a ideologia dominante modela a subjetividade. As relações sociais, forjadas sob a lógica do capital, tornam-se naturalizadas, enquanto a exploração é dissimulada por mecanismos simbólicos que moldam percepções e comportamentos. A classe trabalhadora, submetida cotidianamente à violência material e simbólica, encontra dificuldades em elaborar um projeto político próprio, que seja verdadeiramente emancipador. A luta de classes, embora enraizada na disputa concreta por condições materiais de vida, esbarra nos limites impostos pela dominação ideológica e pelo controle social, no que encontra os instrumentos de dissolução do protagonismo da classe trabalhadora e conformação à ordem vigente.

No Brasil, a dinâmica do capital articula-se ainda a traços históricos e estruturais do subdesenvolvimento, produzindo uma sociabilidade marcada pela desigualdade extrema e pela superexploração do trabalho. A inserção dependente na economia mundial molda um padrão de desenvolvimento que combina elementos do capitalismo com resquícios de formas sociais anteriores, intensificando as contradições e consolidando uma ordem profundamente excludente. Nesse processo, heranças históricas como a concentração fundiária, o racismo estrutural e o patriarcado não são superadas com a modernização, mas integradas de maneira funcional à lógica da acumulação. Sendo assim, na arena política está um Estado operador da dominação de classe, subordinado aos imperativos do capital internacional e operando de forma a garantir as condições internas para a sua reprodução ampliada.

O IRRACIONALISMO COMO EXPRESSÃO DO PENSAMENTO BURGUÊS DA DECADÊNCIA



A fase inicial da Modernidade foi marcada por intensas transformações sociais, impulsionadas pelas mudanças internas no sistema feudal e pela ascensão de novos agentes econômicos. O crescimento do capital mercantil e o avanço da produção manufatureira deram origem a novas formas de organização social, ao mesmo tempo em que impulsionaram uma renovada perspectiva sobre o mundo e a atividade humana. A valorização do trabalho e da riqueza material passou a ocupar o centro das preocupações das classes em ascensão, delineando os contornos de uma racionalidade que buscava compreender e transformar a realidade por meio da ação consciente e planejada. Esse ambiente histórico abriu caminho para a construção de uma visão de mundo orientada pelo uso da razão e pela crença no progresso, refletindo o papel ativo da burguesia como agente das mudanças em curso.

Durante o Renascimento e ao longo dos séculos seguintes até a primeira metade do século XIX, a burguesia desempenhou um papel de vanguarda histórica. Segundo Coutinho (1972), essa classe representava o progresso social e seus pensadores viam a realidade como uma totalidade inteligível, passível de ser compreendida e transformada pela razão. Havia, nesse contexto, uma convergência em torno de três eixos centrais: o humanismo — a ideia de que o ser humano é fruto de sua própria ação histórica; o historicismo concreto — que reconhece o caráter historicamente determinado da realidade e aposta no aperfeiçoamento da espécie humana; e a razão dialética — entendida tanto como racionalidade objetiva presente no real quanto como forma subjetiva capaz de apreendê-la (Coutinho, 1972, p. 14).

A filosofia burguesa desse período expressava, ainda que com variações internas, os fundamentos de um projeto emancipador em disputa com a velha ordem feudal. Como observa Lukács (1979, p. 31), o pensamento filosófico então dominante traduziu os princípios e valores de um movimento revolucionário que reformou profundamente a sociedade europeia. Era, portanto, uma racionalidade orientada pela transformação, que ainda acreditava na capacidade do homem em conhecer e intervir na realidade de forma consciente.

Contudo, o que emergiu no cenário europeu inicialmente com um discurso e uma prática pautados no progresso, no desenvolvimento das forças produtivas e na racionalidade científica, experimenta, a partir do século XIX, uma inflexão. O projeto burguês, que se afirmara como portador de um humanismo progressista e de uma racionalidade capaz de superar os limites do mundo feudal, entra em crise estrutural diante do protagonismo político do proletariado, sobretudo, o que marca sua



passagem como classe em-si para classe para-si. É nesse contexto que se processa o deslocamento de uma racionalidade ilustrada, comprometida com a ideia de progresso universal, para uma racionalidade marcada pelo irracionalismo, pelo imediatismo e pela fragmentação ideológica.

Esta mudança do proletariado se deve a uma série de condições objetivas e subjetivas marcadas pelo contexto econômico, social e político do século XIX. Tal tomada política teve emergência num mundo, que organizado a partir da troca, se universaliza nas fórmulas de dinheiro e mercadoria, no qual as coisas se autonomizam e passam a se interpor nas relações humanas, obscurecendo a essência dos vínculos entre os homens. Esse processo de reificação instaura uma forma específica de sociabilidade, que, longe de potencializar a constituição plena do ser, promove sua negação e favorece a barbárie.²

Diante deste quadro, a classe trabalhadora passa a experimentar as contradições do mundo das necessidades e da liberdade. Enredada cotidianamente pela necessidade, mas também impulsionada a formular perguntas e buscar respostas que transcendam essa esfera, a classe operária se vê compelida a questionar a ordem vigente. No entanto, o que se observa, em suma, é que enquanto a classe trabalhadora se desfaz física e espiritualmente sob o peso da exploração e da alienação do trabalho, a burguesia amplia seu domínio, apropriando-se do comando e do valor produzido socialmente.

A inflexão do projeto burguês se intensifica no momento em que a classe dominante precisa reconhecer dois fenômenos históricos inegáveis: o pauperismo generalizado, que toma conta das cidades industriais europeias — especialmente Londres, capital da Inglaterra —, e o protagonismo emergente da classe trabalhadora. Como bem expressa Coutinho (1972, p. 8), é neste momento, por volta de 1830, que “o proletariado surge na história como classe autônoma, em-si e para-si, capaz de resolver em sentido progressista as novas contradições geradas pelo próprio capitalismo triunfante”. A burguesia, até então detentora do monopólio do discurso progressista, se vê confrontada com o fato de que seu projeto não representa mais um ideal universal, mas sim uma proposta particular, fundada na exploração, na desigualdade e na negação do desenvolvimento humano pleno.

² Como a história não possui uma direção teleológica inevitável, permanece sempre aberta à ação humana e à possibilidade de transformação (Lukács, 1979).



Este choque escancara a contradição estrutural do capitalismo: a oposição irreconciliável entre o capital e o trabalho. De um lado, o projeto burguês, que após romper com o mundo feudal se colocava como portador do progresso; de outro, a emergência do proletariado enquanto classe revolucionária, portadora de um projeto emancipatório.³ A partir deste ponto, encerra-se o período de conciliação de interesses entre as classes sociais, e todas as premissas progressistas que sustentavam a burguesia são abandonadas em favor de uma postura conservadora e defensiva.

Nesse processo de inflexão, a ciência moderna perde seu caráter emancipador, baseado na busca rigorosa da verdade. A burguesia rompe com os fundamentos críticos da filosofia iluminista, das obras centrais de Hegel e da economia política clássica, substituindo-os por práticas manipulatórias e discursos pseudocientíficos que buscam mascarar as contradições sociais e legitimar a ordem vigente. Como observa Coutinho (1972, p. 22), “a filosofia da decadência torna-se cada vez mais um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade”. Assim, ao invés de manter o rigor teórico-metodológico e histórico que caracterizava sua fase ascendente, a burguesia passa a articular uma economia apologética e um idealismo filosófico que naturalizam a desigualdade e o status quo.

A pseudocientificidade passa a desempenhar um papel central: a manipulação da realidade e a negação das condições concretas de existência da classe trabalhadora são elevadas a princípio metodológico. A crítica, que antes estruturava a ciência e a filosofia como instrumentos de desvelamento das determinações profundas da realidade, cede espaço ao imediatismo e ao espontaneísmo, transformando o conhecimento em mera ideologia justificadora dos interesses burgueses.

Em meio a este quadro, a classe trabalhadora, “como uma toupeira em pleno inverno” (Guerra e Batista, 2021), começa a descortinar sua missão histórica. Apesar de ainda carecer de fundamentos teóricos e políticos sólidos, trava importantes lutas locais e regionais, que expressam o desenvolvimento de sua consciência e a construção progressiva de seu projeto de classe. Este projeto societário, ao contrário do projeto burguês em processo de decomposição, contém um ingrediente revolucionário e emancipatório.

³ Afinal, como afirma Lukács, “não há nenhuma tomada de posição filosófica ‘inocente’” (Lukács, 2020, p. 34).



É especialmente a partir das Jornadas Revolucionárias de 1848 que o caráter revolucionário do proletariado se afirma historicamente, colocando à prova seu modo de ser e de pensar enquanto classe progressista, portadora de uma proposta de superação da ordem capitalista.⁴ A burguesia, por sua vez, deixa definitivamente de representar o progresso social e assume de forma cada vez mais aberta práticas conservadoras e repressivas. Ao aliar-se a frações aristocráticas, ligadas ainda à propriedade fundiária, a burguesia evidencia sua essência enquanto classe dominante, disposta a utilizar todos os meios — inclusive a violência aberta — para garantir a manutenção de seus privilégios e a reprodução das relações de exploração. Como sintetiza Netto (1998, p. XIX), “é nas jornadas de 1848 que se patenteia o radical antagonismo entre ambos: quando se põe a exigência da república social, explicita-se o limite do mundo burguês”.

Esse processo simboliza a desintegração da concepção filosófica clássica da burguesia e inaugura uma nova etapa histórica, na qual essa classe dominante abandona sua antiga postura ofensiva, voltada para a superação do feudalismo, e passa a atuar defensivamente diante da ascensão do proletariado. As revoluções que ocorreram ao longo do século XIX, especialmente as de 1830 e 1848, evidenciam que a burguesia deixou de ser a força motriz do progresso social, posicionando-se, a partir de então, na contenção das lutas revolucionárias da classe trabalhadora emergente (Lukács, 1979).

Assim, a burguesia passa a lançar mão não apenas da retórica apologética e dos protocolos que falsificam os conteúdos científicos, mas também do uso sistemático dos aparelhos repressivos do Estado. As contradições econômicas, políticas e sociais, oriundas da relação antagônica entre capital e trabalho, são mascaradas e negadas pelos representantes do projeto burguês, que passam a manipular a realidade e a impedir, por todos os meios, o acesso aos conhecimentos necessários para a transformação social.

Esse deslocamento ideológico provoca uma ruptura profunda entre a capacidade criadora humana e as formas concretas de organização da vida social, resultando na erosão das bases que sustentavam o projeto progressista da burguesia. Valores como o humanismo, a visão histórica do desenvolvimento social e a razão dialética, que antes orientavam a construção científica e filosófica,

⁴ Como afirmam Marx e Engels (1998, p. 17), “dentre todas as classes que hoje se opõem à burguesia, somente o proletariado é uma classe realmente revolucionária”.



passam a ser progressivamente rejeitados. Em seu lugar, predominam atitudes imediatistas e práticas espontaneístas, que esvaziam a historicidade das relações humanas, transformando-as em meros fenômenos naturalizados e submetidos à lógica fetichizada das coisas.

Dessa maneira, a sociabilidade, em todos os modos de ser, se conforma a naturalização das desigualdades e a generalização da ideologia fetichizada, esvaziada de sentido a crítico.

A REALIDADE SOCIAL BRASILEIRA E O SUBDESENVOLVIMENTO ESTRUTURAL: BLOQUEIOS À CONSCIÊNCIA SOCIAL E À EMANCIPAÇÃO

A formação social brasileira se caracteriza por uma inserção subordinada na totalidade do capital social global, processo que articula o desenvolvimento do país com as determinações estruturais do capitalismo mundial. A partir da crítica da economia política, é possível compreender que as condições materiais e as formas sociais de organização da vida no Brasil não se apresentam como desvios anômalos, mas como expressão concreta das leis gerais do capital, que, sob condições específicas, aprofundam desigualdades e intensificam a superexploração da força de trabalho.

De acordo com Mészáros (2011), a dinâmica global do capital só pode ser compreendida a partir do conceito de capital social total, que revela os fundamentos do antagonismo entre o capital e a totalidade do trabalho. No contexto periférico brasileiro, essa contradição se manifesta de forma específica, marcada por uma histórica desigualdade na taxa de exploração da força de trabalho e por um desenvolvimento estruturalmente subordinado aos interesses do capital monopolista internacional. Sempre que o capital nacional enfrenta dificuldades em seu posicionamento dentro da hierarquia global, reage por meio da intensificação da exploração da força de trabalho, buscando compensar disfunções sistêmicas e manter a valorização do capital, mesmo à custa da degradação das condições de vida da maioria trabalhadora.

A superexploração da força de trabalho se converte, nesse cenário, no núcleo estruturante das economias dependentes, constituindo-se como mecanismo compensatório às perdas impostas pela troca desigual no sistema internacional. Marini (2017) destaca que essa forma específica e mais aguda de exploração ocorre quando o salário pago não corresponde ao valor da força de trabalho consumida, resultando na violação sistemática das condições necessárias à reprodução social do trabalhador. No



Brasil, esse fenômeno encontra uma base funcional que remonta ao regime escravocrata, cujas marcas históricas moldaram profundamente a formação social e econômica do país.

Ainda que a escravidão tenha sido formalmente abolida, seus traços foram incorporados de modo estrutural à forma contemporânea de exploração capitalista, evidenciando uma transição que não rompeu com as antigas estruturas de dominação, mas as adaptou às novas exigências do capital. Como apontado por Carcanholo (2008), o desenvolvimento capitalista brasileiro não depende do aumento da produtividade, mas sim da degradação das condições de vida dos trabalhadores, processo que aprofunda a dependência e intensifica a extração de valor pela via da superexploração.

Essa especificidade da economia dependente brasileira é inseparável das articulações internas de classe e de sua vinculação orgânica aos interesses do capital internacional. A adesão das frações dominantes nacionais aos projetos dos centros hegemônicos — especialmente por meio das políticas neoliberais impulsionadas pelo Consenso de Washington — aprofunda os vínculos de dependência, naturalizando e reproduzindo os mecanismos estruturais de expropriação sob a aparência de modernização. A chamada “modernização conservadora”, conforme indicado por Coutinho (1990), revela que a constituição do capitalismo no Brasil ocorreu não por ruptura com a grande propriedade fundiária, mas por sua adaptação progressiva ao regime de trabalho livre, mantendo traços servis em sua estrutura.

O resultado desse processo é a conformação de um capitalismo “completo”, embora subordinado e dependente, que impõe uma lógica de acumulação predatória, marcada pela precarização das relações de trabalho e pela intensificação da extração de mais-valor. Esse modelo de desenvolvimento não apenas reforça as desigualdades internas, mas também sustenta uma ordem social profundamente excludente, articulada à inserção subordinada do Brasil no circuito do capitalismo global.

Além dos aspectos econômicos, essa estrutura de dependência é reproduzida ideologicamente através de mecanismos que atuam como bloqueios à constituição de uma consciência social crítica e emancipadora. A alienação do trabalho, fundamento da forma social capitalista, transforma o trabalhador em mero apêndice da maquinaria do capital, submetendo a atividade vital humana à lógica exterior do valor de troca. Como enfatiza Lukács (2003), esse processo de alienação conduz à reificação das relações sociais, que passam a assumir a aparência de naturalidade, obscurecendo suas origens histórico-sociais.



A financeirização do capital intensifica essa dinâmica, convertendo-se na força estruturante da nova morfologia do capitalismo, especialmente nos países periféricos, como o Brasil. A financeirização transforma direitos em mercadorias, subordina políticas públicas aos interesses do mercado e organiza os territórios segundo as necessidades do capital especulativo, promovendo a expropriação direta de populações camponesas, indígenas e ribeirinhas, e intensificando a precarização do trabalho nas cidades. Oliveira e Santos (2023) apontam que essa lógica de reificação impede a constituição imediata de uma consciência coletiva, ao deslocar sobre os indivíduos os riscos anteriormente pertencentes ao capital, configurando o trabalhador como “empresário de si mesmo”.

Nesse contexto, a racionalidade dominante assume contornos irracionalistas, apresentando-se como naturalização das relações sociais capitalistas, esvaziando a crítica e bloqueando a capacidade de transformação social. O irracionalismo, conforme analisado por Lukács (2020), emerge historicamente como uma resposta reacionária à ascensão da concepção proletária de mundo, negando a possibilidade de uma consciência emancipadora e alimentando uma visão fragmentada e imediatista da realidade social.

No Brasil, essa racionalidade irracionalista encontra expressão concreta na despolitização da pobreza, na individualização das soluções sociais e na substituição da universalidade dos direitos por práticas assistenciais fragmentadas. Conforme Iamamoto (2008), a reconversão dos direitos sociais em políticas focalizadas e compensatórias revela não apenas um rebaixamento material das conquistas históricas da classe trabalhadora, mas também uma transformação ideológica profunda, que reforça a hegemonia de valores individualistas e meritocráticos.

Esse movimento se articula à atuação do Estado, que, sob a égide do neoliberalismo, se converte em gestor da crise, promovendo ajustes fiscais, privatizações e políticas de austeridade que aprofundam as desigualdades e restringem o acesso aos direitos sociais. Conforme destaca Netto (2006), o Estado contemporâneo assume funções diretamente econômicas para assegurar a reprodução ampliada do capital, ao mesmo tempo em que se deslegitima perante as massas trabalhadoras, cuja sobrevivência é cada vez mais precarizada.

Nesse cenário, a luta de classes no Brasil enfrenta limites significativos, tanto do ponto de vista material quanto ideológico. A reificação das relações sociais transforma a vida social em um sistema fechado de trocas, racionalmente estruturado, que exige dos indivíduos uma postura contemplativa, anulando sua capacidade de intervenção consciente na reprodução da existência



(Lukács, 2003). Essa forma social específica do capitalismo, especialmente sob sua fase financeira e globalizada, radicaliza a atomização do sujeito e universaliza a forma-mercadoria, fragmentando tanto o objeto quanto o sujeito do processo produtivo.

Entretanto, essa aparência de isolamento e imobilismo esconde a legalidade objetiva do processo histórico: a totalidade social, ainda que fetichizada, segue operando segundo determinações que podem ser conhecidas e transformadas. É nesse terreno contraditório que se funda a possibilidade da consciência de classe, que emerge da própria experiência reificada e abre caminho à mediação entre o ser social alienado e sua potencialidade emancipadora.

O desafio colocado para a classe trabalhadora brasileira reside, contudo, na superação dos bloqueios ideológicos e na reconstrução de formas organizativas capazes de articular a crítica radical à ordem vigente com a ação política transformadora. Como aponta Mészáros (2011), a intensificação da socialização do trabalho e a crescente interdependência das cadeias produtivas globais criam vulnerabilidades estruturais no sistema capitalista e apesar das dificuldades impostas pela fragmentação ideológica e pela precarização das condições materiais, a luta de classes permanece ainda latente

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental destacar que a percepção empírica dos fenômenos sociais, por si só, não se traduz automaticamente em consciência política. Tem-se o entendimento de que “o projeto de sociabilidade burguesa *carrega*⁵ em sua própria forma de ser e de existir o germe da contradição, ou seja, a formação da classe trabalhadora em si.” (Guerra e Oliveira, 2021).

Quando a exploração do capital sobre o trabalho atinge níveis insustentáveis, abre-se a possibilidade concreta de que a classe trabalhadora, mediante processos organizativos, se reconheça como sujeito coletivo. Esse reconhecimento é decisivo: transforma a massa pauperizada de um contingente passivo e disperso em uma força social potencialmente capaz de ameaçar a estabilidade econômica, política e moral da ordem burguesa. A tomada de consciência sobre o caráter histórico da exploração rompe com a ideia de que a pobreza é um fenômeno natural ou inevitável, revelando-a

⁵ Grifos para alteração da citação. Em forma original consta “carregava”.



como resultado de um tipo específico de desenvolvimento social que só se realiza por meio da exploração do trabalho pelo capital. É, portanto, essa compreensão das determinações estruturais, e não meramente a vivência empírica da pobreza, que pode impulsionar o protagonismo do proletariado na luta de classes e fomentar a ação política orientada para a superação da ordem capitalista

Nesse contexto, é fundamental destacar que a expressão “questão social” surge precisamente como resultado da consciência política que o proletariado adquire acerca de uma nova forma de pobreza, caracterizada por determinações inéditas quanto à sua origem e à sua extensão, visto que se torna um fenômeno generalizado. Assim, o conceito de “questão social” articula-se diretamente com a constituição da classe operária enquanto classe para-si, e com a ameaça que esta representa, seja de maneira implícita ou explícita, à ordem burguesa. Trata-se de um processo de pauperização marcado por complexidades diversas, em que se entrelaçam elementos étnico-raciais, de gênero, nacionalidade, regionalidade e geração, produzindo novas refrações ou reforçando antigas expressões das desigualdades.

Desse modo, o fenômeno denominado atualmente — sobretudo no campo do Serviço Social — de “questão social” é múltiplo, atravessado por dimensões diversas e facetas que são manifestações fenomênicas de processos sociais mais profundos. Esses processos são recobertos por uma aparência mística, ocultando o fato essencial de que a exploração do trabalho pelo capital, decorrente da apropriação privada da riqueza social produzida coletivamente, expressa de forma completa a contradição dialética fundamental: o mesmo processo que cria riqueza engendra, simultaneamente, sua antítese, que fundamenta a própria luta de classes.

No campo das ciências sociais, a divisão do conhecimento em especialidades produziu um efeito de cancelamento das análises críticas que relacionam diretamente o desenvolvimento capitalista com o fenômeno da pauperização absoluta e com a formação da classe trabalhadora como sujeito político consciente. Dessa forma, a especialização disciplinar fragmenta o objeto, isolando os fenômenos sociais e deixando de lado análises fundamentais sobre a mais-valia, a luta de classes e a possibilidade histórica da revolução. Paralelamente, a retórica apologética promovida pelos representantes intelectuais da burguesia coloca a “questão social” no centro das análises, mas esvazia seu conteúdo crítico.

Ainda assim, é imprescindível afirmar que essa expressão, da maneira como é usualmente empregada, possui um caráter limitado, uma vez que não explicita as relações sociais que a



engendram, tampouco revela sua origem no processo de exploração capitalista. Portanto, enquanto conceito, carece de poder explicativo suficiente. Contudo, ela funciona como um sinal de alerta: indica que há uma dinâmica subjacente à ordem burguesa que precisa ser desvendada, combatida e superada. Assim, uma exigência fundamental que se impõe ao Serviço Social — e às ciências sociais de modo mais amplo — é a de, com base nos fundamentos do pensamento marxista, contribuir para o desvelamento dos processos históricos ocultos sob o rótulo de “questão social” e evidenciar o caráter mistificador que essa expressão adquire quando apropriada pelo pensamento conservador.

A transformação dos direitos sociais em políticas públicas focalizadas, assistenciais e caritativas, como observa Iamamoto (2008), revela não apenas uma perda concreta das conquistas históricas obtidas pela classe trabalhadora, mas também uma profunda mudança ideológica que se conecta diretamente à lógica do irracionalismo contemporâneo. Ao se subordinar às exigências do capital financeiro e monopolista, o Estado passa a administrar a pobreza sob uma perspectiva despolitizada, promovendo a individualização das soluções sociais e afastando-se de qualquer horizonte de emancipação coletiva.

Esse fenômeno pode ser interpretado à luz da crítica lukacsiana ao irracionalismo, compreendido como uma reação conservadora diante do avanço da luta de classes e da emergência da concepção proletária de mundo, ou seja, do materialismo histórico e dialético. Assim, a negação da universalidade dos direitos e sua substituição por práticas assistenciais fragmentadas refletem, na prática, a derrota ideológica da classe trabalhadora. A consciência de classe vai sendo dissolvida, progressivamente, mediante a incorporação de valores típicos do irracionalismo burguês — tais como o individualismo competitivo e a crença na autonomia absoluta do sujeito consumidor — que, como destaca Lukács (2020), são formas de resposta ideológica à ameaça concreta de emancipação humana.

Atualmente, a hegemonia desse paradigma ideológico — sustentada por discursos que enaltecem o empreendedorismo, a meritocracia e a suposta liberdade do consumidor — contribui para sedimentar um senso comum regressivo, que naturaliza as desigualdades e obscurece os antagonismos de classe. Trata-se, assim, de uma nova modalidade de contrarrevolução cultural, que, apoiando-se na ideologia do capital, atua de maneira eficaz para enfraquecer a consciência de classe e impedir que os trabalhadores se reconheçam como sujeitos históricos dotados de potencial transformador.

REFERÊNCIAS



ANTUNES, Ricardo. A nova morfologia do trabalho no Brasil: informalidade, terceirização, precarização. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 249–271, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9035/6890>. Acesso em: 17 maio 2025.

COSTA, Mônica Hallak Martins da. **As categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaio sobre ideias e formas. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1990.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

GUERRA, Y., e BATISTA, A. (2021). A expressão "questão social" em questão: um debate necessário ao serviço social. **Temporalis**, 21(42), 173–187. <https://doi.org/10.22422/temporalis.2021v21n42p173-187>

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 3.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

IASI, Mauro Luis. Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática). **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 1–20, set./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/bwh6wBvg87WnLx35Z8wPVvr/>. Acesso em: 16 maio 2025.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

LUKÁCS, György. **Existencialismo ou Marxismo**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas.Ltda., 1979

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017. DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v9i3.24648>. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/24648>.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STEDILE, João Pedro (Orgs.). **Ruy Mauro Marini**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Trad. Mônica Hallak Martins da Costa. Anexo à dissertação de mestrado: "A Diferença entre as categorias Lebensäusserung, Entäusserung, Entfremdung e Veräusserung nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx de 1844" - FAFICH, 1999.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política; livro I: o processo de produção do capital. Tradução de Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2006.



OLIVEIRA, André; SILVA, Thiago. A questão nacional ante o elã pós-moderno: capitalismo dependente, superexploração da força de trabalho e luta de classes no Brasil. **Pegada**, Presidente Prudente, v. 26, n. 1, p. 1–20, 2025. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/9035/6890>. Acesso em: 16 maio 2025.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: IPEA. **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Organização: Niemeyer Almeida Filho. Brasília: IPEA, 2013.

PRADO JUNIOR, Caio. **A questão agrária**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SILVA, Flávio José Souza. A formação social, histórica, política e cultural do Brasil a partir da teoria marxista da dependência: a particularidade da questão social brasileira. **Revista Saberes**, Caicó, v. 25, n. 1, jan. 2025. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/40011>. Acesso em: 16 maio 2025.

SILVA, João. O homem para todas as estações: irracionalismo e neokantismo na sociologia de Max Weber. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 25, n. 2, p. 1–20, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/42805/27597>. Acesso em: 16 maio 2025.